

Isabel Lencastre

# Bastardos Reais

Os Filhos Ilegítimos  
dos Reis de Portugal

OPICINA  
DO LIVRO



## OS PRIMEIROS BASTARDOS REAIS

Filho de uma bastarda real – D. Teresa, que o rei Afonso VI de Castela e Leão houve de Ximena Nuñez de Guzmán, sua amante –, D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, poderia ter sido, também ele, um bastardo. Ou, pelo menos, não seria filho de seu pai, o conde D. Henrique de Borgonha. Agustina Bessa-Luís assevera que «as deduções em volta deste boato são bastante significativas, pondo de parte favores dos santos e dos cronistas»<sup>8</sup>.

Mas o boato sobre a mais que improvável «bastardia» do primeiro rei de Portugal surgiu exactamente para rebater os favores que o céu terá derramado sobre ele e que fazem parte de uma lenda antiquíssima, publicada como verdadeira história por Duarte Galvão na sua *Crónica do Muito Alto e Muito Esclarecido Príncipe D. Afonso Henriques*<sup>9</sup>.

Diz o cronista que o primeiro rei nasceu «grande e formoso, que não podia mais ser», padecendo, porém, de grave defeito: umas «pernas tão encolheitas que, ao parecer de mestres e de todos, julgarom que nunca poderia ser são delas». Não era essa, no entanto, a convicção de Egas Moniz, «mui esforçado e nobre fidalgo», a quem o menino

foi entregue para ele o criar. O aio de D. Afonso Henriques confiava «em Deus que lhe podia dar saúde».

Ora, uma noite em que Egas Moniz dormia, apareceu-lhe a Virgem Maria e disse-lhe para ir a determinado local escavar até encontrar uma igreja que, noutro tempo, tinha sido começada em seu nome. Devia «correger» o templo, recuperando também uma imagem de Nossa Senhora que lá existia. Cumpridas essas tarefas, Egas Moniz havia de fazer uma vigília, «poendo o menino que [criava] sobre o altar». Cristo, explicou Sua mãe, queria por D. Afonso Henriques «destruir muitos imigos da fé». O aio, «muito consolado e alegre», correu a cumprir os ditames da Mãe do Céu. E quando, finalmente, pôde colocar D. Afonso Henriques sobre o altar, o menino ficou como se «nada tivera». Este foi o milagre de Santa Maria de Cárquere – que levantou suspeitas a muito boa gente.

Por um lado, não falta quem duvide da malformação congénita do rei Fundador, «descoberta» por Duarte Galvão no ano de 1505, quase quatrocentos anos depois do nascimento do príncipe. Por outro lado, há quem torça o nariz ao milagre. Agustina Bessa-Luís, por exemplo, escreve: «Dá para pensar que Egas Moniz o fez substituir por um dos seus próprios filhos ou filho dalgum rico-homem de pendão e caldeira, como se dizia [...]»<sup>10</sup>

Esta troca do verdadeiro filho do conde D. Henrique por outra criança qualquer, filha ou não de Egas Moniz, parece ter sido inventada por Santana Dionísio, um professor de filosofia, que a publicou num artigo de jornal, em 1969. Segundo ele, o príncipe aleijado teria sido substituído por uma criança robusta, ficando Egas Moniz a cuidar do enfermo enquanto D. Henrique e D. Teresa passavam

a ter um filho em perfeitas condições de lhes suceder na governança do Condado Portucalense.

A história, à semelhança do enfermiço infante da lenda, não tem pernas para andar. Por mais hábil e secreta que tivesse sido a troca das crianças, D. Henrique tinha outros filhos, legítimos e bastardos, para além de uma mão-cheia de netos – e não é de crer que estes seus descendentes aceitassem sem protesto e sem luta que a sucessão do Condado Portucalense fosse deferida a quem não fizesse seguramente parte da família de seu pai. Ora, se é sabido que D. Afonso Henriques teve de combater a mãe para ficar com a herança do pai, não há nenhuma notícia de que tivesse de enfrentar outro qualquer membro da sua numerosa família, o que por força teria de suceder se houvesse outros descendentes de D. Henrique com melhores títulos do que ele para reivindicar a posse do Condado de Portucale.

Resta, por isso, a hipótese da cura milagrosa – que só faz sentido, no entanto, desde que se aceite ter o primeiro rei de Portugal nascido com as pernas encolhidas. Ora, essa hipótese, nunca provada, suscita entre os melhores historiadores muitas dúvidas e reservas. Alguns há, aliás, que não perdem um minuto a examiná-la. Não parece por isso prudente – e, mais do que prudente, sensato – falar de um D. Afonso Henriques «bastardo» ou miraculado.

Também não vale a pena dizer que ele foi um santo (embora tenha havido quem o quisesse canonizar) porque, antes e depois do seu casamento com D. Mafalda, filha de Amadeu III, conde de Sabóia e Moriana, «a que os estrangeiros chamam Matilde», D. Afonso Henriques foi pai de vários bastardos. Mais exactamente: quatro,

segundo assevera a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, dois rapazes e duas raparigas.

As bastardas do primeiro rei seriam ambas filhas de Elvira Gualter, chamando-se Teresa Afonso, uma, e Urraca Afonso, a outra. Terão nascido quando o monarca já estava casado, sendo por isso filhas adúlteras. Há, porém, quem sustente que só vieram ao mundo depois de D. Afonso Henriques enviudar, a 4 de Novembro de 1157<sup>11</sup>.

D. Teresa Afonso casou duas vezes – com D. Sancho Nunes de Barbosa e, depois, com D. Fernando Martins Bravo – mas morreu sem geração, embora António Caetano de Sousa afirme que do seu primeiro casamento nasceu uma D. Urraca Sanches<sup>12</sup>. Mas esta, mulher de D. Gonçalo de Sousa e mãe de D. Mendo de Sousa, o *Sousão*, era filha de D. Sancha Henriques, irmã de D. Afonso I, e, portanto, sobrinha do primeiro rei de Portugal.

Quanto a D. Urraca Afonso, foi senhora de Avô, que recebeu em 1185 e trocou posteriormente pela vila de Aveiro<sup>13</sup>, tendo casado com D. Pedro Afonso Viegas, neto de Egas Moniz. Foi mãe de Abril Pires de Lumiares, Aldara Pires e Sancha Pires. Desta última procedem «muy ilustres Casas do nosso Reyno, e o de Castella»<sup>14</sup>.

Quanto aos dois filhos ilegítimos de D. Afonso Henriques, referidos pela *História Genealógica*, um chamava-se Afonso e o outro Fernando Afonso. Este, diz António Caetano de Sousa, foi alferes-mor do reino e dele «não sabemos outra notícia». D. Afonso, por seu turno, foi «11.º mestre da insigne Ordem Militar de São João de Rhodes, eleito no ano 1194»<sup>15</sup>.

A verdade, porém, é que estes dois bastardos podem ser uma e a mesma pessoa – segundo afirma José Mattoso, na peugada de Ariel Castro, um professor brasileiro que «identificou o alferes-régio Fernando Afonso com aquele que até então se considerava outro bastardo, Afonso, e que se tornaria grão-mestre da Ordem do Hospital»<sup>16</sup>.

Fernando Afonso é «o filho que os livros de linhagem atribuem ao concubinato de Afonso Henriques com Chamôa Gomes, filha de Gomes Nunes de Pombeiro, o antigo conde de Toroño»<sup>17</sup>, e sobrinha de Fernão Peres de Trava, o amante de D. Teresa, mãe do rei.

Esta Chamôa Gomes, a quem Diogo Freitas do Amaral, na sua biografia do monarca, prefere chamar Flâmula, terá sido, segundo o professor apurou, não se sabe como, o grande amor de D. Afonso Henriques, que com ela terá vivido em «união de facto» entre 1138 e 1145<sup>18</sup>. Só não casou com ela – sustenta ainda Freitas do Amaral, com fundamentos que também não desvenda – porque a Igreja se opôs a esse casamento.

A «barregã» régia, antes de o ser, casara com Paio Soares da Maia, havendo três filhos desse casamento, um dos quais foi alferes-mor do rei Fundador. Após enviuar, afirma o *Livro Velho de Linhagens*, Chamôa «meteu-se monja em Vairão» e fez «em drudaria», quer dizer, sem estar casada, um filho com D. Mem Rodrigues de Togue, chamado Soeiro Mendes Facha. Depois, também em «drudaria», fez um filho com o rei D. Afonso de Portugal, que houve o nome de Fernando Afonso.

Este Fernando Afonso terá nascido por 1140, o ano em que seu pai concedeu foral a Barcelos e se travou o torneio de Arcos de Valdevez. Por 1159 apareceu pela primeira vez

na corte e, em 1169, foi feito alferes-mor, depois da derrota sofrida em Badajoz por D. Afonso Henriques, que levou, aliás, à sua prisão pelo rei de Leão, seu genro.

Com o pai fisicamente muito debilitado e irremediavelmente inabilitado para combater, Fernando Afonso poderá então ter surgido, aos olhos de muitos, como o defensor do reino – e o natural sucessor de D. Afonso Henriques, de quem era o filho primogénito. Tal seria a posição dos cavaleiros templários e dos fidalgos minhotos. Mas prevaleceram os direitos de D. Sancho, o filho lídimo (ou legítimo) do rei Fundador, que contava com o apoio dos freires de Évora, dos cavaleiros de Santiago e dos magnatas do sul de Portugal. O pai armou-o cavaleiro em 1170 e partilhou com ele o poder em 1173, um ano depois de Fernando Afonso ter sido desautorizado e despromovido, passando de alferes-mor a simples alferes do herdeiro do trono.

Após a morte de D. Afonso Henriques, em 1198, Fernando Afonso abandonou o reino de seu meio-irmão para se tornar vassalo do rei de Leão, seu cunhado – o que, segundo alguns historiadores, provaria que o bastardo não acatava o poder e a autoridade de D. Sancho. Mas tudo isto é, segundo Mattoso, «confuso e incerto».

Certo é que, tendo saído de Portugal, D. Fernando Afonso foi mestre da Ordem do Hospital «na Hispânia, pelo menos a partir de 1198, e depois eleito grão-mestre em 1202, eventualmente em virtude da influência que sua meia-irmã, a condessa Matilde da Flandres, exercia junto do papa Inocêncio III. Tomou parte na 4.<sup>a</sup> Cruzada (1202-1204), que, como se sabe, desviou o seu objectivo para conquistar Constantinopla, em vez de se dirigir à Terra Santa»<sup>19</sup>.

Em 1204 estava em Acre e, no ano seguinte, recebeu uma doação de Balduíno, imperador de Constantinopla. Em 1206 renunciou ao seu cargo e regressou a Portugal – onde, diz a *Chronica magistrorum defunctorum*, foi «envenenado pela sua gente». O *Livro Velho de Linhagens*, esse, assegura que Fernando Afonso, ou só Afonso, foi morto em Évora pelos cavaleiros de Santiago, «num contexto que parece quase de guerra civil»<sup>20</sup>. Sepultado na Igreja de S. João de Alporão, em Santarém, o seu epitáfio diz que morreu em Março de 1207, o que «concorda com uma informação do *Chronicon conimbricense* com poucos dias de diferença»<sup>21</sup>.

Mas com a morte e sepultura de Fernando Afonso não fica encerrada a história dos primeiros bastardos reais de Portugal. Ainda que Afonso e Fernando Afonso, os dois bastardos referidos por António Caetano de Sousa na sua *História Genealógica*, tenham sido uma e a mesma pessoa, vários são os historiadores, genealogistas e biógrafos do rei Fundador que sustentam ter ele tido, de facto, fora do seu casamento, dois filhos varões. Pelo menos.

Frei António Brandão assegura na *Monarquia Lusitana* que este segundo bastardo de D. Afonso Henriques ter-se-á chamado Pedro Afonso, estando a sua existência comprovada por uma «doação que ele próprio fez a D. Fernando, abade de Alcobaça, e ao seu convento de certa quinta no termo da vila de Tomar»<sup>22</sup>. José Mattoso concorda com o autor da *Monarquia Lusitana* em que se chamou Pedro Afonso o «outro bastardo» do primeiro rei. Mas afirma também que foi senhor de Arega e Pedrógão, lugares a que deu foral em 1201 e 1206. «Trata-se decerto do mesmo Pedro Afonso que foi alcaide de Abrantes em

1179 e alferes do rei entre 1181 e 1183»<sup>23</sup>. Este último cargo continuou a exercer no reinado de seu irmão, o rei D. Sancho I, de quem foi um fiel e dedicado servidor. Terá participado na conquista de Silves. E D. Sancho designou-o por seu testamenteiro.

Do segundo bastardo de D. Afonso Henriques não há muito mais que se possa dizer.



Dos bastardos de D. Afonso Henriques, só D. Urraca Afonso terá casado – com Pedro Afonso Viegas, um neto de Egas Moniz que foi tenente de Trancoso e Neiva. Desse casamento nasceram três filhos, um rapaz e duas raparigas. Uma delas, D. Sancha Peres de Lumiares, teve copiosa e muito ilustre descendência em Espanha. É por ela que descendem do primeiro rei de Portugal a duquesa de Alba, o duque de Faria, Rafael Medina (filho de Nati Abascal), o marquês de Griñon e o marquês de Cubas, entre muitos outros.

## OS OITO ENTEADOS DA RAINHA DOCE

**D**om Sancho I, o *Povoador*, nascido em 1154, casou em 1175 com D. Dulce (ou Aldonça ou, simplesmente, Doce), que era filha do conde de Barcelona e da rainha de Aragão e podia ser, mas não há a certeza de que fosse, viúva de Armengal, conde de Urgel<sup>24</sup>.

Desse casamento nasceram nada menos do que 11 filhos: (1) D. Afonso, que sucedeu a seu pai; (2) D. Pedro, que foi conde de Urgel e teve dois bastardos, D. Rodrigo, «eminente em letras»<sup>25</sup>, e D. Fernando Pedro de Portugal, de quem não há mais notícias; (3) D. Fernando, que foi conde da Flandres; (4) D. Henrique e (5) D. Raimundo, que morreram meninos; (6) D. Teresa, beatificada pela Igreja, que foi rainha de Leão; (7) D. Mafalda, também beata, que foi rainha de Castela; (8) D. Sancha, senhora de Alenquer, que foi freira no Mosteiro de Celas e a Igreja igualmente beatificou; (9) D. Branca, senhora de Guadajajara, em Espanha; (10) D. Berenguela, ou Berengária, que foi rainha da Dinamarca, onde não deixou saudades mas deixou uma descendência que expandiu o sangue de Portugal por essa Europa fora; e (11) D. Constança, que morreu solteira, aos 20 anos de idade.

Esta numerosa prole de filhos legítimos não impediu o Povoador de ter vários bastardos – mais exactamente: oito – que D. Sancho há-de ter estimado mas nunca confundiu com os filhos nascidos do seu casamento, como se prova pelo seu testamento. Com efeito, «enquanto aos filhos legítimos deixa, a todos igualmente, a quantia de 40.000 morabitanos, tal como faz às filhas, acrescentando ainda propriedades e mais 200 marcos de prata, aos ilegítimos destina apenas 8.000 aos varões e 6.000 às mulheres»<sup>26</sup>.

Dois deles, Martim Sanches e D. Urraca Sanches, nasceram da relação do monarca com Maria Aires de Fornelos, «nobili pulchra concubina»<sup>27</sup> que foi «filhada» por D. Sancho ainda em vida da doce e discreta D. Dulce. Talvez por isso o autor da *Crónica Breve do Arquivo Nacional* tivesse escrito que a mãe destes bastardos era «uma dona de que se nom pode saber o nome». Terminada a relação, o rei tratou de casá-la com D. Gil Vasques de Soverosa, um dos fidalgos mais poderosos de Além-Douro.

D. Urraca Sanches foi criada com o irmão em Ponte de Lima e casou com Lourenço Soares, «tenente» de Lamego e Viseu. Este era neto de Egas Moniz mas também de D. Urraca Henriques, irmã do primeiro rei de Portugal e, portanto, tia-avó de D. Urraca Sanches. Estava viúva em 1220 e ainda vivia em 1256. Mas não deixou descendência.

Martim Sanches, esse, é considerado «o mais notável dos bastardos de D. Sancho I»<sup>28</sup>. Homem de «grandes e elevados espíritos»<sup>29</sup>, teve papel de grande destaque na guerra que se travou entre o rei D. Afonso II, seu irmão, e o partido senhorial, que Estêvão Soares da Silva,